

Destaques da sessão plenária de 23 a 26 de outubro de 2017, Estrasburgo

Debate sobre os incêndios florestais em Portugal e no norte de Espanha

O Parlamento Europeu (PE) vai debater na quarta-feira, 25 de outubro, os mecanismos de resposta aos incêndios florestais em Portugal e no norte de Espanha. Os eurodeputados vão discutir com representantes da Comissão Europeia e do Conselho medidas para agilizar a mobilização dos instrumentos de resposta de emergência e de financiamento da União Europeia (UE), bem como as ações de prevenção dos incêndios e de gestão das florestas que devem ser tomadas para evitar novas catástrofes.

4

Debate sobre os resultados do Conselho Europeu e o futuro da Europa

O presidente do Conselho Europeu, Donald Tusk, vai apresentar aos eurodeputados as conclusões da cimeira dos chefes de Estado ou de governo da UE, que decorre hoje e amanhã, 19 e 20 de outubro, em Bruxelas. Os planos para o futuro da UE, a migração e a reforma do sistema europeu comum de asilo, a cooperação no domínio da defesa, a política externa, o mercado único digital e as negociações do Brexit serão alguns dos assuntos abordados no debate em plenário, que se realiza na terça-feira de manhã.

6

Caso do assassinio da jornalista Daphne Caruana Galizia e situação da liberdade de imprensa

A proteção dos jornalistas e a defesa da liberdade de imprensa em Malta, na sequência do assassinio da jornalista maltesa que investigou os Documentos do Panamá, Daphne Caruana Galizia, vai ser o tema de um debate entre o Conselho, a Comissão e os líderes dos grupos políticos na terça-feira à tarde.

7

Presidente do PE anuncia vencedor do Prémio Sakharov 2017

Antonio Tajani vai revelar na quinta-feira, ao meio dia, o vencedor do Prémio Sakharov 2017, após a decisão ser tomada pela Conferência de Presidentes, constituída pelo presidente da instituição e pelos líderes dos grupos políticos. Os três finalistas são a ativista Aura Lolita Chávez Ixcaquic, da Guatemala, a Oposição Democrática na Venezuela e o jornalista Dawit Isaak, de nacionalidade sueca e eritreia.

8

Fronteiras inteligentes: Criação de um sistema de entrada/saída

O PE vai votar na quarta-feira a criação de um sistema de entrada/saída aplicável aos nacionais de países terceiros que viajam para a UE. As novas regras visam acelerar e

reforçar os procedimentos de controlo nas fronteiras externas, substituindo o atual sistema de aposição manual de carimbos nos passaportes, e facilitar a identificação das pessoas que excedam o período legal de permanência. As autoridades policiais terão acesso a estes registos no âmbito da luta contra o terrorismo.

9

Destacamento de trabalhadores: PE pronto para iniciar negociações com os Estados-Membros

O PE deverá dar luz verde à equipa de negociadores da comissão parlamentar do Emprego para iniciar as discussões com o Conselho da UE sobre a revisão da diretiva relativa ao destacamento de trabalhadores. Estas regras visam reforçar os direitos dos trabalhadores destacados, facilitar a prestação de serviços transfronteiriços e combater o dumping social. O setor da construção é o que mais recorre aos trabalhadores destacados.

11

Promover a utilização de adubos orgânicos na UE

Os produtos fertilizantes orgânicos e à base de resíduos deverão ter um acesso facilitado ao mercado interno europeu, segundo uma proposta que vai ser discutida em plenário na segunda-feira e votada no dia seguinte. Estas regras introduzem também limites ao teor de metais pesados, como o cádmio, nos adubos fosfatados com vista a reduzir os riscos para a saúde e o ambiente.

12

PE toma posição sobre o glifosato

Uma resolução da comissão parlamentar do Ambiente e da Saúde Pública, que vai ser votada em plenário na terça-feira, opõe-se à renovação da licença do herbicida glifosato por mais dez anos, como proposto pela Comissão Europeia. Os eurodeputados querem que a sua utilização seja banida na UE em 15 de dezembro de 2020 e que sejam previstas restrições a este herbicida até essa data.

14

União dos Mercados de Capitais: Novas regras sobre titularização e requisitos prudenciais

O PE vai votar nova legislação para tornar o mercado de titularização mais estável, simples e transparente para os investidores e para facilitar o financiamento da economia real. As novas regras visam reforçar o quadro legislativo implementado após a crise financeira de 2008, abordando os riscos inerentes às titularizações altamente complexas, opacas e arriscadas.

15

Regimes de rendimento mínimo em todos os países da UE

O PE vai instar todos os Estados-Membros a introduzirem regimes de rendimento mínimo adequados, de modo a lutar contra a pobreza e assegurar uma vida condigna às pessoas que não disponham de recursos suficientes. Estes regimes devem ser incorporados numa abordagem que envolva políticas de alojamento, cuidados de saúde, ensino e formação, proporcionando também apoio em matéria de acesso ao mercado de trabalho às pessoas que podem trabalhar, diz um relatório que vai ser votado na terça-feira.

16

Outros assuntos em destaque

Programa de trabalho da Comissão para 2018 / Políticas económicas da área do euro / Orçamento da UE para 2018

17

<http://www.europarl.europa.eu/news/pt/agenda/briefing/2017-10-23>

Mais informação

[Agenda da sessão plenária](#)

[Pode assistir em direto à sessão plenária através do EP Live](#)

[Conferências de imprensa e outros eventos](#)

[EuroparlTV](#)

[Material Audiovisual](#)


[EP Newshub](#)


[Podcasts do Serviço de Estudos do PE](#)


Contactos

Isabel Teixeira NADKARNI

Serviço de Imprensa

 (+32) 2 28 32198 (BXL)

 (+33) 3 881 76758 (STR)

 (+32) 498 98 33 36

 isabel.nadkarni@europarl.europa.eu

Debate sobre os incêndios florestais em Portugal e no norte de Espanha

O Parlamento Europeu (PE) vai debater na quarta-feira, 25 de outubro, os mecanismos de resposta aos incêndios florestais em Portugal e no norte de Espanha. Os eurodeputados vão discutir com representantes da Comissão Europeia e do Conselho medidas para agilizar a mobilização dos instrumentos de resposta de emergência e de financiamento da União Europeia (UE), bem como as ações de prevenção dos incêndios e de gestão das florestas que devem ser tomadas para evitar novas catástrofes.

Mais de 100 pessoas perderam a vida nos últimos quatro meses devido aos incêndios florestais que lavraram em Portugal e em Espanha. Na segunda-feira, na abertura da sessão plenária (17h00 em Estrasburgo, menos uma hora em Lisboa), o PE vai fazer um minuto de silêncio em memória das vítimas.

Este é o segundo debate que o PE realiza este ano sobre os incêndios nos dois países ibéricos, tendo o primeiro ocorrido na sessão plenária de 5 de julho, no seguimento da tragédia em Pedrógão Grande.

A possibilidade da despesa necessária às reparações dos prejuízos causados pelos incêndios não ser contabilizada para o défice, abordada hoje num [debate](#) com o comissário europeu Pierre Moscovici na comissão parlamentar dos Assuntos Económicos, será também discutida em plenário.

O [Mecanismo de Proteção Civil da UE](#) foi ativado num número recorde de oito vezes este verão para ajudar países afetados por incêndios florestais, incluindo Portugal.

Debate: 25/10/2017

Mais informação

[Declaração do comissário europeu responsável pela Ajuda Humanitária e Gestão de Crises, Christos Stylianides, sobre os mortíferos incêndios florestais e tempestades em vários Estados-Membros \(16 de outubro de 2017\)](#)

[Tweet do presidente do Parlamento Europeu, Antonio Tajani, sobre os incêndios em Portugal e Espanha](#)

[Bandeiras de Portugal e da UE a meia-haste no Parlamento Europeu](#)

[Debate no Parlamento Europeu, em 5 de julho de 2017, sobre os fogos florestais em Portugal e Espanha \(no seguimento da tragédia em Pedrógão Grande\)](#)

[Comunicado de imprensa - Parlamento Europeu aprova Mecanismo de Proteção Civil da UE \(10 de dezembro de 2013\)](#)

[Informação sobre o Mecanismo de Proteção Civil da UE](#)

Debate sobre os resultados do Conselho Europeu e o futuro da Europa

O presidente do Conselho Europeu, Donald Tusk, vai apresentar aos eurodeputados as conclusões da cimeira dos chefes de Estado ou de governo da UE, que decorre hoje e amanhã, 19 e 20 de outubro, em Bruxelas. Os planos para o futuro da UE, a migração e a reforma do sistema europeu comum de asilo, a cooperação no domínio da defesa, a política externa, o mercado único digital e as negociações do Brexit serão alguns dos assuntos abordados no debate em plenário, que se realiza na terça-feira de manhã.

Debate: 24/10/2017

Mais informação

[Destaques da ordem do dia do Conselho Europeu de 19 e 20 de outubro de 2017](#)

[Carta-convide do presidente do Conselho Europeu, Donald Tusk, aos chefes de Estado e de governo da UE](#)

[Material audiovisual](#)

Caso do assassinio da jornalista Daphne Caruana Galizia e situação da liberdade de imprensa

A proteção dos jornalistas e a defesa da liberdade de imprensa em Malta, na sequência do assassinio da jornalista maltesa que investigou os Documentos do Panamá, Daphne Caruana Galizia, vai ser o tema de um debate entre o Conselho, a Comissão e os líderes dos grupos políticos na terça-feira à tarde.

Ontem, 18 de outubro, a comissão de inquérito do PE sobre o branqueamento de capitais e a elisão e a evasão fiscais (PANA) aprovou as suas conclusões e recomendações finais, que serão votadas em plenário na sessão de dezembro.

Daphne Caruana Galizia, uma jornalista maltesa conhecida pelo seu trabalho de investigação sobre os *Panama Papers* (Documentos do Panamá), casos de corrupção e tráfico de droga, foi assassinada esta semana com uma bomba no carro. A sua família foi convidada a assistir ao debate no PE, na terça-feira ao final da tarde, o qual será precedido, ao meio dia, por um minuto de silêncio em memória da jornalista.

Debate: 24/10/2017

Mais informação

[Página web da comissão de inquérito do PE sobre o branqueamento de capitais e a elisão e a evasão fiscais \(PANA\)](#)

[Comunicado de imprensa sobre o relatório votado na comissão PANA no dia 18 de outubro de 2017](#)

Presidente do PE anuncia vencedor do Prémio Sakharov 2017

Antonio Tajani vai revelar na quinta-feira, ao meio dia, o vencedor do Prémio Sakharov 2017, após a decisão ser tomada pela Conferência de Presidentes, constituída pelo presidente da instituição e pelos líderes dos grupos políticos. Os três finalistas são a ativista Aura Lolita Chavez Ixcaquic, da Guatemala, a Oposição Democrática na Venezuela e o jornalista Dawit Isaak, de nacionalidade sueca e eritreia.

Todos os anos, desde 1988, o PE atribui o Prémio Sakharov (assim chamado em homenagem ao dissidente soviético Andrei Sakharov) a pessoas ou organizações que se destacam na defesa dos direitos humanos e das liberdades fundamentais.

No ano passado, o prémio foi atribuído às ativistas yazidis [Nadia Murad e Lamiya Aji Bashar](#).

Anúncio do vencedor do Prémio Sakharov 2017: 26/10/2017

Mais informação

[Finalistas do Prémio Sakharov 2017: Aura Lolita Chavez Ixcaquic, Oposição Democrática na Venezuela e Dawit Isaak](#)

[Material audiovisual relativo ao Prémio Sakharov 2017](#)

[Sítio web do Prémio Sakharov](#)

Fronteiras inteligentes: Criação de um sistema de entrada/saída

O PE vai votar na quarta-feira a criação de um sistema de entrada/saída aplicável aos nacionais de países terceiros que viajam para a UE. As novas regras visam acelerar e reforçar os procedimentos de controlo nas fronteiras externas, substituindo o atual sistema de aposição manual de carimbos nos passaportes, e facilitar a identificação das pessoas que excedam o período legal de permanência. As autoridades policiais terão acesso a estes registos no âmbito da luta contra o terrorismo.

O sistema de entrada/saída será aplicável a todos os nacionais de países terceiros admitidos para estadas de curta duração no espaço Schengen (até 90 dias por períodos de 180 dias), independentemente de estarem ou não isentos da obrigação de visto.

O sistema deverá registar o nome, o tipo de documento de viagem, os dados biométricos (uma combinação de quatro impressões digitais e a imagem facial) e a data e o local de entrada e de saída. Também registará as recusas de entrada. Haverá interoperabilidade entre o sistema de entrada/saída e o Sistema de Informação sobre Vistos (VIS).

A nova legislação faz parte do pacote “fronteiras inteligentes”, abordando o papel dos sistemas de informação no reforço da gestão das fronteiras externas, na segurança interna e na luta contra o terrorismo e a criminalidade organizada.

Este pacote inclui ainda um regulamento que altera o Código das Fronteiras Schengen para integrar as alterações técnicas que resultam do novo sistema de entrada/saída.

Debate: 25/10/2017

Votação: 25/10/2017

Processo: processo legislativo ordinário (codecisão), primeira leitura

Relator: Agustín Díaz de Mera (PPE, ES)

Mais informação

[Observatório legislativo: Sistema de entrada/saída](#)

[Observatório legislativo: Alteração do Código das Fronteiras Schengen no respeitante à utilização do sistema de entrada/saída](#)

Destacamento de trabalhadores: PE pronto para iniciar negociações com os Estados-Membros

O PE deverá dar luz verde à equipa de negociadores da comissão parlamentar do Emprego para iniciar as discussões com o Conselho da UE sobre a revisão da diretiva relativa ao destacamento de trabalhadores. Estas regras visam reforçar os direitos dos trabalhadores destacados, facilitar a prestação de serviços transfronteiriços e combater o dumping social. O setor da construção é o que mais recorre aos trabalhadores destacados.

Caso o PE dê o seu aval ao mandato de negociação, os eurodeputados poderão dar início às negociações com o Conselho da UE, que tem ainda de chegar a uma posição comum sobre a proposta de diretiva.

Os trabalhadores destacados são empregados enviados pelo seu empregador para prestar um serviço temporário noutro Estado-Membro da UE.

O setor da construção é o que mais recorre aos trabalhadores destacados, juntamente com os setores dos serviços, das finanças e das empresas, seguidos dos transportes e da agricultura.

A Polónia, a Alemanha e a França são os países que mais enviam trabalhadores destacados para outros Estados-Membros. Os que recebem o maior número destes trabalhadores são a Alemanha, a França e a Bélgica.

Processo: processo legislativo ordinário (codecisão), primeira leitura

Reladoras: Elisabeth Morin-Chartier (PPE, FR) e Agnes Jongerius (S&D, NL)

Mais informação

[Observatório legislativo](#)

[Infográfico com dados por país, incluindo Portugal](#)

[Material audiovisual](#)

Promover a utilização de adubos orgânicos na UE

Os produtos fertilizantes orgânicos e à base de resíduos deverão ter um acesso facilitado ao mercado interno europeu, segundo uma proposta que vai ser discutida em plenário na segunda-feira e votada no dia seguinte. Estas regras introduzem também limites ao teor de metais pesados, como o cádmio, nos adubos fosfatados com vista a reduzir os riscos para a saúde e o ambiente.

A proposta legislativa sobre os produtos fertilizantes visa incentivar a produção e a utilização na UE de adubos produzidos a partir de matérias-primas orgânicas ou secundárias, simplificando o seu acesso ao mercado interno e colocando-os em condições de igualdade com os adubos convencionais (inorgânicos, geralmente minerais ou produzidos quimicamente).

O objetivo é apoiar a transição para uma [economia circular](#), com a reutilização de matérias-primas e a redução de resíduos e do consumo de energia. Esta medida poderá também reduzir a dependência das importações de matérias-primas de países terceiros.

O aumento da produção e do comércio de adubos inovadores permitirá ainda diversificar os adubos à disposição dos agricultores e de outros utilizadores.

Limites de cádmio nos adubos O cádmio, um metal pesado presente sobretudo nos adubos fosfatados, pode constituir um risco para a saúde humana e animal e para o ambiente, uma vez que se acumula no ambiente e entra na cadeia alimentar.

O relatório que vai ser votado em plenário propõe que os limites de cádmio nos adubos sejam reduzidos de 60 mg/kg para 40 mg/kg após três anos e para 20 mg/kg após nove anos, em vez dos 12 anos propostos pela Comissão Europeia.

Depois de votada em plenário, a proposta de regulamento terá ainda de ser negociada com o Conselho de Ministros da UE, onde estão representados os governos nacionais, tendo em vista alcançar um acordo sobre a legislação final.

Contexto Atualmente, apenas 5% dos biorresíduos são reciclados. Se essa percentagem fosse mais elevada, estes poderiam vir a substituir até 30% dos adubos não orgânicos, de acordo com as estimativas.

Um dos principais componentes dos adubos é a rocha fosfática, que foi identificada pela Comissão Europeia como matéria-prima essencial. No que diz respeito aos adubos fosfatados, a UE é altamente dependente da importação desta rocha, extraída fora da UE (mais de 90% dos adubos fosfatados utilizados no território europeu são importados, principalmente de Marrocos, da Tunísia e da Rússia). A UE importa cerca de seis milhões de toneladas de fosfatos por ano.

O atual regulamento relativo aos adubos, que data de 2003, assegura a livre circulação no mercado interno principalmente de adubos convencionais.

Debate: 23/10/2017

Votação: 24/10/2017

Processo: processo legislativo ordinário (codecisão), primeira leitura

Relator: Mihai Țurcanu (PPE, RO)

Mais informação

[Relatório sobre a proposta de regulamento que estabelece regras relativas à disponibilização no mercado de produtos fertilizantes com a marcação CE](#)

[Nota do Serviço de Estudos do PE](#)

PE toma posição sobre o glifosato

Uma resolução da comissão parlamentar do Ambiente e da Saúde Pública, que vai ser votada em plenário na terça-feira, opõe-se à renovação da licença do herbicida glifosato por mais dez anos, como proposto pela Comissão Europeia. Os eurodeputados querem que a sua utilização seja banida na UE em 15 de dezembro de 2020 e que sejam previstas restrições a este herbicida até essa data.

Votação: 24/10/2017

Mais informação

[Estudo encomendado pelo PE sobre o glifosato](#)

União dos Mercados de Capitais: Novas regras sobre titularização e requisitos prudenciais

O PE vai votar nova legislação para tornar o mercado de titularização mais estável, simples e transparente para os investidores e para facilitar o financiamento da economia real. As novas regras visam reforçar o quadro legislativo implementado após a crise financeira de 2008, abordando os riscos inerentes às titularizações altamente complexas, opacas e arriscadas.

A titularização consiste no processo em que um instrumento financeiro é criado, tradicionalmente por um mutuante como um banco, mediante o agrupamento de ativos (empréstimos para a aquisição de automóveis ou empréstimos a PME, por exemplo) para os investidores comprarem. Isto facilita o acesso a uma maior gama de investidores, aumentando assim a liquidez e libertando capitais dos bancos para novos empréstimos.

Debate: 25/10/2017

Votação: 26/10/2017

Processo: processo legislativo ordinário (codecisão), primeira leitura

Relatores: Paul Tang (S&D, NL), sobre a titularização, e Othmar Karas (PPE, AT), sobre os requisitos prudenciais

Mais informação

[Observatório legislativo: Titularização](#)

[Observatório legislativo: Requisitos prudenciais](#)

Regimes de rendimento mínimo em todos os países da UE

O PE vai instar todos os Estados-Membros a introduzirem regimes de rendimento mínimo adequados, de modo a lutar contra a pobreza e assegurar uma vida condigna às pessoas que não disponham de recursos suficientes. Estes regimes devem ser incorporados numa abordagem que envolva políticas de alojamento, cuidados de saúde, ensino e formação, proporcionando também apoio em matéria de acesso ao mercado de trabalho às pessoas que podem trabalhar, diz um relatório que vai ser votado na terça-feira.

Existem muitas diferenças entre os Estados-Membros relativamente ao tratamento das políticas de rendimento mínimo. Atualmente, apenas em alguns casos, os regimes de rendimento mínimo conseguem retirar as pessoas da pobreza.

A atribuição de um rendimento mínimo adequado às pessoas que não dispõem dos recursos necessários para atingir um nível de vida digno foi também recomendada no [relatório do PE sobre o Pilar Europeu dos Direitos Sociais](#), cuja relatora foi a eurodeputada portuguesa Maria João Rodrigues.

Debate: 23/10/2017

Votação: 24/10/2017

Processo: relatório de iniciativa

Relatora: Laura Agea (EFDD, IT)

Mais informação

[Relatório sobre políticas de rendimento mínimo enquanto instrumento de combate à pobreza](#)
[Comunicado de imprensa - Eurodeputados aprovam relatório sobre Pilar Europeu dos Direitos Sociais](#)

Outros assuntos em destaque

Programa de trabalho da Comissão para 2018 / Políticas económicas da área do euro / Orçamento da UE para 2018

- **Programa de trabalho da Comissão para 2018** - declaração da Comissão, seguida de debate, na terça-feira
- **Políticas económicas da área do euro** - debate na quarta-feira e votação de um relatório na quinta-feira
- **Neutralidade dos sistemas de reserva das companhias aéreas e restrição do acesso às informações de voo** - pergunta à Comissão de Cláudia Monteiro de Aguiar e outros eurodeputados, seguida de debate, na quarta-feira
- **Orçamento da UE para 2018** - debate na terça-feira e votação da posição do PE na quarta-feira (terá depois início o período de “conciliação” tendo em vista chegar a um acordo com o Conselho)
- **Documento de reflexão sobre o futuro das finanças da UE até 2025** - votação de uma resolução na terça-feira (o debate realizou-se em 4 de julho)
- **Luta contra a imigração ilegal e o tráfico de pessoas no Mediterrâneo** - debate na quarta-feira (Artigo 153.º-A do Regimento do PE: Debate sobre assuntos de atualidade a pedido de um grupo político)
- **O aspeto dos direitos fundamentais na integração dos ciganos na UE: combater a hostilidade em relação aos ciganos** - debate na terça-feira e votação de um relatório na quarta-feira
- **Combate ao assédio e ao abuso sexual na UE** - declaração da Comissão, seguida de debate, na terça-feira
- **Proteção dos trabalhadores contra riscos ligados à exposição a agentes cancerígenos** - debate e votação de uma diretiva na quarta-feira
- **Comércio com a Austrália e a Nova Zelândia:** Mandatos de negociação para a realização de negociações comerciais com a Austrália e a Nova Zelândia - debate na quarta-feira e votação de dois relatórios na quinta-feira
- **Drogas:** Regulamento sobre o intercâmbio de informações, sistema de alerta rápido e procedimentos de avaliação dos riscos das novas substâncias psicoativas e diretiva relativa às infrações penais e sanções aplicáveis no domínio do tráfico de droga - debate na segunda-feira e votação da nova legislação na terça-feira
- **Medidas legítimas para proteger os denunciadores que agem no interesse público** - debate na segunda-feira e votação de um relatório na terça-feira